

## REFERENCIAÇÃO E DIALOGISMO

Francisco Alves Filho (UFPI/UNICAMP)

O objetivo deste artigo é discutir as relações entre as noções de dialogismo e referenciação buscando investigar em que medida se pode dizer que a referenciação tem essencialmente uma natureza dialógica. Muito se tem falado acerca da inconsistência da noção de referente empírico e da necessidade de se adotar uma concepção processual da referenciação. Uma das formas de dar conta desta perspectiva é adotar uma metodologia que analise efetivamente o discurso e o dialogismo presente nos textos. A análise realizada nesta comunicação busca correlacionar as escolhas léxico-gramaticais para referir as vozes sociais que as orientam, de modo a se poder explicar efetivamente os objetos de discurso. Reafirmamos que a problemática da referenciação é muito complexa e grandemente mal-compreendida porque há problemas quanto ao recorte de dados fragmentados que camufla o seu funcionamento total. A instabilidade categorial da referência manifesta-se, sobretudo, quando se observam/contrastam discursos ou vozes sociais diferentes, mas, quando se olha a referenciação do ponto de vista de uma mesma voz ou de um mesmo discurso, vê-se aí uma forte tendência para uma estabilidade referencial. Esse fato deve servir para evitar certo maniqueísmo ao se comparar a instabilidade com a estabilidade. Defender a instabilidade como sendo o processo mais recorrente (ou mais determinante ou mais adequado) não contribui para explicar como efetivamente funciona a referenciação, pelo fato de que se trata de um processo extremamente complexo. Não se trata de dizer que o poder de referenciar é certo ou incerto, adequado ou não adequado. Parece-nos mais justo defender que o poder da língua para referir é funcional e atende aos propósitos dos falantes nas atividades comunicativas. Há necessidade de rever a dialética que envolve os processos de estabilidade e instabilidade referencial e proceder a análises que situem os dados não só pragmaticamente, mas também dialogicamente, vendo o jogo de interesses e os pontos de vista que guiam as escolhas referenciais. O estudo indica que a noção de instabilidade referencial pode ser mais bem compreendida se vista em correlação à noção de estabilidade referencial, uma vez que mudanças léxico-gramaticais encontradas nos textos podem indicar tanto instabilidade como estabilidade referencial.

## AS OPERAÇÕES SEMÂNTICAS DE CONSTRUÇÃO DO PERÍODO

Luis Passeggi – UFRN

Apresentamos uma discussão, situada no contexto da Análise Textual dos Discursos (Adam, 2008), sobre as operações de construção do período descritivo. Para Adam (2008, p. 215-223), “quatro macro-operações agrupam nove operações descritivas que geram uma dezena de tipos de operações descritivas de base”. As macro-operações são: *tematização*, *aspectualização*, *relação* e *expansão por subtematização*. Discutimos essas operações e suas suboperações, incluindo sua terminologia, e concluímos que: (i) elas não se aplicam unicamente ao período descritivo, mas são extensivas à construção dos outros períodos textuais, pois se trata de operações semânticas abrangentes que acontecem, de fato, em nível proposicional; (ii) a ampliação dessas operações para a construção dos outros períodos (narrativo, argumentativo, explicativo, dialogal) completa a abordagem da ATD, já que não havia operações desse tipo claramente definidas para os outros períodos; (iii) criam-se as condições de estabelecer uma correlação entre operações semânticas e operações sintáticas, de grande interesse para a análise do texto / discurso.

## A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA

Maria das Graças Soares Rodrigues<sup>1</sup> - UFRN/PPgEL

Os gêneros discursivos acadêmicos vêm despertando interesse de muitos pesquisadores, como podem ilustrar, entre outros eventos, o Seminário **Leitura e Produção no Ensino Superior** (Congresso de Leitura do Brasil/UNICAMP) e o Simpósio Práticas de Leitura e Escrita na Universidade (Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, realizado no Brasil e em Portugal). Certamente, esse crescente interesse poderá ser associado ao comentário, tão comum nos meios acadêmicos, que o aluno de graduação e de pós-graduação, muitas vezes, apresenta dificuldades no que diz respeito à produção textual escrita de gêneros acadêmicos. Nesta direção, a produção acadêmica se tornou objeto de pesquisa de mestrados, doutorandos e professores pesquisadores. Em decorrência, profissionais preocupados com a produção do conhecimento, mais especificamente, sobre o que vem sendo apresentado à sociedade, juntam esforços para compreender a(s) escolha(s) de organização linguística dos gêneros acadêmicos que são publicados, seja como artigo científico, dissertação de mestrado, tese de doutorado, relatório final de pesquisa, conferência, entre outros. É, pois, nesta perspectiva que trataremos de um entre os vários fenômenos linguísticos que podem ser estudados em dados que se constituam de gêneros discursivos acadêmicos, a saber, a responsabilidade enunciativa. Assim, com esta comunicação, propomo-nos a apresentar estudo que estamos desenvolvendo no âmbito da Linguística Textual, subsidiando-nos na teoria da Análise Textual dos Discursos. Algumas questões conduzem nossa reflexão, como, por exemplo, na circulação do discurso, a quem é creditada a responsabilidade pelo que é dito? Que marcas linguísticas nos levam a identificar diferentes vozes nos enunciados? Por que o discurso citante “teme” assumir a responsabilidade enunciativa pelo que consegue construir / descobrir? Seria medo de se comprometer, de se engajar? Cultura da área de conhecimento? Para respondermos a essas perguntas e muitas outras, estabelecemos como objetivos identificar, descrever, analisar e interpretar: (a) discursivamente, **a voz do aluno/ locutor-narrador e a voz do autor citado, uma vez que isso nem sempre é perceptível, como, em princípio, deveria sê-lo;** (b) zonas textuais que marcam dependência de uma fonte de saber; (c) zonas textuais que apresentam um ponto de vista anônimo; (d) fenômenos de modalização autonímica (“todo enunciado ou fragmento de enunciado meta-enunciativo que reflete sobre o dito”); (e) quando um enunciador assume a responsabilidade pelo que diz, ou quando muda de ponto de vista para, por exemplo, adotar o ponto de vista de outrem e (f) por fim, comparar gêneros discursivos acadêmicos, visando a identificar a recorrência de fenômenos que materializam a responsabilidade enunciativa. Adotamos como quadro teórico a análise textual dos discursos, que se subsidia na Linguística Textual e na Linguística da Enunciação, mais precisamente em ADAM (2008), que considera também as condições de produção (con)textuais de sentido, fundada a partir de uma análise de textos concretos, articulada à análise de discursos. Enfim, acompanhamos Adam (1990, 1997, 2008), Rabatel (1997, 2004, 2005, 2008a, 2008b, 2009) e Nølke (1993, 2001, 2008, 2009) no que concerne à responsabilidade enunciativa dos enunciados, a observação dos pontos de vista, da polifonia, das vozes ali presentes, muitas vezes, confundidas.

**ANÁLISE TEXTUAL-INTERATIVA E ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS: comparando  
pressupostos para descrição dos textos**

Clemilton Lopes Pinheiro (UFRN)

A apresentação tomará como foco duas propostas teóricas bastante utilizadas na fundamentação do trabalho de descrição dos textos, no contexto dos estudos linguísticos brasileiros: a análise textual-interativa (JUBRAN, 2006) e a análise textual dos discursos (ADAM, 2008). O objetivo é realizar uma comparação entre as duas propostas especificamente no que diz respeito às noções de plano de texto e unidade de análise, tendo em vista, sobretudo, as consequências metodológicas e os potenciais resultados no estudo dos processos composicionais dos textos.